

ESP-CTO.PROGR.PENIT.DR. RUBENS A.SENDIN-MONGA

Termo de Referência 29/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
29/2026	380121-ESP-CTO.PROGR.PENIT.DR. RUBENS A.SENDIN-MONGA	WANESSA APARECIDA ALVES PEREIRA	28/05/2026 11:22 (v 0.7)
Status	DISPONIBILIZADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	16/2026	006.00230678/2026-01

1. Condições gerais da contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Rubens Aleixo Sendin" de Mongaguá

Processo Administrativo nº 006.00097317/2026-39

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de **Materiais para Reforma banheiros pavilhoes**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Item	Descrição	CATMAT compras. gov	Contabiliza SP	Unid. Forn.	Quantidade
01	Caixa de Descarga; Em Polietileno; No Formato Retangular, Na Cor Branca Medindo Aproximadamente (axlxp) 37,10 x 30,60 x 14,60cm; Com Capacidade para 6 Litros; Devendo o Material Vir Acompanhado de Tubo Descarga, Joelho de 90°, Com Engate Flexível de Pvc, Reducao e Pecas de Fixacao.;	441813	521.283-9	1 - unidade	50 unidades
	Bacia Sanitaria; de Louca, Convencional; Sem Caixa				

02	Acoplada; No Formato Ovalado; Medindo Aproximadamente 475 x 375 x 380 Mm (c x Lx A).; Na Cor Branca; Com Saida de Esgoto Vertical; Fabricado de Acordo Com a Norma Nbr / Abnt 16727-1;	240165	434.841-9	1 - unidade	150 unidades
03	Tubo; de Pvc Rigido, Descida para Descarga, Medindo 0,80m de Comprimento; Diametro Nominal de 1 1/2"; com Joelho de 90° longo; Na Cor Branca; Conforme Normas Vigentes;	434123	617.881-2	1 - unidade	150 unidades
04	Spude; de Pvc Flexivel; Com Diametro de 1 1/2 Pol; Sem Chave; Com Corrugacoes Externas Que Permite Ajuste Em Bacias Sanitarias; Utilizado Em Bacias Sanitarias Com Furo de 2 Pol; Conforme Norma Abnt Nbr 15491;	466568	527.763-9	1 - unidade	200 unidades
05	Cabo Eletrico; Fios de Cobre Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Secao 10,0mm2, Unipolar, Isolacao: Composto Termofixo Em Dupla Camada de Borracha Hepr; Cobertura: Composto Termoplastico Com Base Poliolefinica Nao Halogenada; Tensao de Isolamento 0,6/1kv; Enchimento: Composto Poliolefinico Nao Halogenado; Na Cor Preta, Temperatura de Servico: 90°C, de Sobrecarga: 130°C e de Curto-circuito: 250°C; Norma Nbr 5410, 13570 e 13248;	416519	556.463-8	250 - rolo 100 metro	25 rolos
06	Aquecedor; Eletrico de Passagem; Com 03 Temperaturas; Potencia 5.500w; Tensao de 220v; Pressao de Trabalho de 20 a 200 Kpa (2 a 20 Mca); Com Saida de Agua Quente e Saida de Agua Fria; Compativel Com Dr; Grau de Protecao Ip24; Com Engate e Desengate Rapido e Fechamento Automatico	602473	537.545-2	1. unidade	50 unidades

	do Fluxo de Água; Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr /abnt Vigentes;				
--	---	--	--	--	--

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o [Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023](#).

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da [Lei nº 14.133, de 2021](#) e no [Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023](#)

1.4. O prazo de vigência da contratação é de até 60 (sessenta) dias, contados da Emissão do Empenho, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.6. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. Fundamentação e descrição da necessidade

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, conforme Decreto 67.689/2023, contudo consta das informações básicas deste termo de referência.

3. Descrição da solução como um todo

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Garantia da contratação

4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até **30 (trinta) dias**, contados da Emissão da Nota de Empenho, em remessa única.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço **Avenida dos Mariscos, 500 - Flórida Mirim - Mongaguá /SP - CEP: 11.737-900 (de segunda a sexta-feira das 08 as 11h30 e das 13 as 16h)**

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.6. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados ([Lei nº 14.133, de 2021](#), art. 117, §1º, e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso ([Lei federal nº 14.133, de 2021](#), art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023](#), art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta..

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **07 (sete)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. No caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das

exigências contratuais ([art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022](#), c/c o [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.9.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o [inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

7.10.1. o prazo de validade;

7.10.2. a data da emissão;

7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.10.5. o valor a pagar; e

7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao Sicafe para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas ([Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018](#) c/c [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#)).

7.14. Constatando-se, junto ao Sicafe, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de **30 (trinta) dias**, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do [art. 2º, II](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável ([artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023](#), c/c o [artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990](#)), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.20.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais–CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do [artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008](#).

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. Forma e critérios de seleção e regime

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, critério de disputa ABERTO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **com entrega imediata**

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: *cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;*

8.5. Empresário individual: *inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;*

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: *Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;*

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: *inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no*

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

8.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Ato de autorização para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - ICMS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. *Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;*

8.23. *Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;*

Outras comprovações

8.24. *Tratando-se de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:*

8.24.1. *A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;*

8.24.2. *A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;*

8.24.3. *Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;*

8.24.4. *Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;*

8.24.5. *Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;*

8.24.6. *A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;*

8.24.7. *Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores*

9. Estimativas do valor da contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: O valor estimado da contratação tem caráter sigiloso e não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.]

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. **Gestão/Unidade:** 380.121 - Centro de Progressão Penitenciária "Dr. Rubens Aleixo Sendin" de Mongaguá;

- II. **Fonte de Recursos:** 150.010.001 - Tesouro;
- III. **Programa de Trabalho:** 14.421.3815.6579.0000
- IV. **Elemento de Despesa:** 33.90.30 - Materiais de Consumo
- V. **Plano Interno:** 002.033.0459;

Mongaguá, 27 de maio de 2026.

Wanessa Aparecida Alves Pereira Chefe de Seção de Administração

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

WANESSA APARECIDA ALVES PEREIRA

Pregoeiro



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 11:15:47.

FERNANDO LOPES SCHMIDT ROMEIRO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 28/05/2026 às 11:21:34.

ESP-CTO.PROGR.PENIT.DR. RUBENS A.SENDIN-MONGA

Estudo Técnico Preliminar 18/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 006.00230678/2026-01

2. Descrição da necessidade

Tem a presente solicitação de aquisição de materiais tem como objetivo atender à reforma e adequação dos 105 banheiros existentes nos 8 pavilhões habitacionais, além da cela de Regime Disciplinar e das 3 celas de Regime de Observação.

Os banheiros atualmente apresentam desgaste significativo em seus componentes hidráulicos e elétricos, ocasionando problemas como vazamentos, entupimentos, mau funcionamento das descargas, falta de vedação adequada e dificuldades no fornecimento de água aquecida. Esses fatores comprometem diretamente a higiene, a salubridade e a segurança dos ambientes utilizados pelos custodiados.

Abaixo relação de materiais necessários para a inicialização da reforma pretendida:

- * **Caixa de Descarga:** Responsável pelo acionamento da descarga, garantindo a limpeza da bacia sanitária e o funcionamento adequado do sistema hidráulico.
- * **Bacia Sanitária:** Equipamento principal para uso sanitário dos custodiados, assegurando higiene e dignidade
- * **Tubo de PVC Rígido (descida):** Conduz a água da caixa de descarga até a bacia sanitária, garantindo o fluxo correto da descarga.
- * **Spude de PVC Flexível:** Faz a conexão entre a caixa de descarga e a bacia sanitária, permitindo vedação e ajuste seguro.
- * **Cabo Elétrico:** Utilizado para alimentação elétrica dos aquecedores e demais instalações, garantindo segurança e eficiência energética.
- * **Aquecedor Elétrico de Passagem:** Fornece água aquecida para banho e higiene, assegurando conforto e condições adequadas de uso nos banheiros.

A substituição e instalação dos materiais listados são imprescindíveis para:

Garantir condições mínimas de higiene e saúde pública: banheiros em bom estado reduzem riscos de proliferação de doenças, contaminações e situações de insalubridade.

Preservar a dignidade dos custodiados: oferecer instalações adequadas é parte fundamental da política de respeito aos direitos humanos e da manutenção da ordem institucional.

Melhorar a eficiência energética e hidráulica: caixas de descarga com capacidade adequada, tubos e conexões normatizadas e aquecedores modernos contribuem para economia de água e energia.

Garantir segurança elétrica: cabos elétricos normatizados e aquecedores compatíveis com dispositivos de proteção (DR) evitam riscos de curto-circuito, incêndios e acidentes com choque elétrico.

A não realização da manutenção pretendida pode acarretar agravamento das condições de insalubridade, aumento de conflitos internos devido à precariedade das instalações, além de possíveis sanções administrativas e judiciais por descumprimento de normas de saúde e segurança.

Portanto, a aquisição dos materiais descritos é medida urgente e necessária, visando assegurar o bom funcionamento das instalações, a preservação da integridade física dos custodiados e servidores, e o cumprimento das normas técnicas e legais aplicáveis.

Solicito, portanto, a tramitação deste pedido com a devida urgência.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
-------------------	-------------

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A Aquisição do material solicitado é destinado Conservação e Manutenção desta Unidade Prisional. **1. Definições e Qu**

Item	Descrição	CATMAT compras. gov	Contabiliza SP	Unid. Forn.	Quantidade
01	Caixa de Descarga; Em Polietileno; No Formato Retangular, Na Cor Branca Medindo Aproximadamente (axlxp) 37,10 x 30,60 x 14,60cm; Com Capacidade para 6 Litros; Devendo o Material Vir Acompanhado de Tubo Descarga, Joelho de 90º longo, Com Engate Flexível de Pvc, Reducao e Pecas de Fixacao.;	441813	521.283-9	1 - unidade	50 unidades
02	Bacia Sanitaria; de Louca, Convencional; Sem Caixa Acoplada; No Formato Ovalado; Medindo Aproximadamente 475 x 375 x 380 Mm (c x Lx A).; Na Cor Branca; Com Saida de Esgoto Vertical; Fabricado de Acordo Com a Norma Nbr / Abnt 16727-1;	240165	434.841-9	1 - unidade	150 unidades
03	Tubo; de Pvc Rigido, Descida para Descarga, Medindo 0,80m de Comprimento; Diametro Nominal de 1 1/2"; com Joelho de 90º longo; Na Cor Branca; Conforme Normas Vigentes;	434123	617.881-2	1 - unidade	150 unidades
04	Spude; de Pvc Flexível; Com Diametro de 1 1/2 Pol; Sem Chave; Com Corruções Externas Que Permite Ajuste Em Bacias Sanitarias; Utilizado Em Bacias Sanitarias Com Furo de 2 Pol; Conforme Norma Abnt Nbr 15491;	466568	527.763-9	1 - unidade	200 unidades
	Cabo Eletrico; Fios de Cobre Nu, Tempera Mole,				

05	Encordoamento Classe 5; Secao 10,0mm2, Unipolar, Isolacao: Composto Termofixo Em Dupla Camada de Borracha Hepr; Cobertura: Composto Termoplastico Com Base Poliolefinica Nao Halogenada; Tensao de Isolamento 0,6/1kv; Enchimento: Composto Poliolefinico Nao Halogenado; Na Cor Preta, Temperatura de Servico: 90°C, de Sobrecarga: 130°C e de Curto-circuito: 250°C; Norma Nbr 5410, 13570 e 13248;	416519	556.463-8	250 - rolo 100 metro	25 rolos
06	Aquecedor; Eletrico de Passagem; Com 03 Temperaturas; Potencia 5.500w; Tensao de 220v; Pressao de Trabalho de 20 a 200 Kpa (2 a 20 Mca); Com Saida de Agua Quente e Saida de Agua Fria; Compativel Com Dr; Grau de Protecao Ip24; Com Engate e Desengate Rapido e Fechamento Automatico do Fluxo de Agua; Garantia Minima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	602473	537.545-2	1. unidade	50 unidades

2. PRAZO DE ENTREGA:

2.1. Os bens serão fornecidos de forma imediata, devendo ser entregue em até **30 (trinta) dias corridos** contados da emissão da Nota de Empenho.

3. LOCAIS DE ENTREGA

Unidade	Endereço completo para entrega
Centro de Progressão Penitenciária “Dr. Rubens de Almeida”	Rua do Brasil, 500 – Mongaguá / SP
Arara Vermelha	

3.1. Correrão por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários.

5. Levantamento de Mercado

Para Levantamento de preços foram selecionados órgãos da administração pública, constante no banco de preços do cc

6. Descrição da solução como um todo

Justificativa para a contratação: materiais destinados reforma e manutenção dos banheiros localizados nos pavilhões/moradias dos custodiados desta unidade prisional.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Item	Descrição	CATMAT compras. gov	Contabiliza SP	Unid. Forn.	Quantidade
01	Caixa de Descarga; Em Polietileno; No Formato Retangular, Na Cor Branca Medindo Aproximadamente (axlxp) 37,10 x 30,60 x 14,60cm; Com Capacidade para 6 Litros; Devendo o Material Vir Acompanhado de Tubo Descarga, Joelho de 90° longo, Com Engate Flexível de Pvc, Redução e Peças de Fixação.;	441813	521.283-9	1 - unidade	50 unidades
02	Bacia Sanitária; de Louca, Convencional; Sem Caixa Acoplada; No Formato Ovalado; Medindo Aproximadamente 475 x 375 x 380 Mm (c x Lx A).; Na Cor Branca; Com Saída de Esgoto Vertical; Fabricado de acordo com a Norma Nbr / Abnt 16727-1;	240165	434.841-9	1 - unidade	150 unidades
03	Tubo; de Pvc Rígido, Descida para Descarga, Medindo 0,80m de Comprimento; Diâmetro Nominal de 1 1/2"; com Joelho de 90° longo; Na Cor Branca; Conforme Normas Vigentes;	434123	617.881-2	1 - unidade	150 unidades
04	Spude; de Pvc Flexível; Com Diâmetro de 1 1/2 Pol; Sem Chave; Com Corrugações Externas Que Permite Ajuste Em Bacias Sanitárias; Utilizado Em Bacias Sanitárias Com Furo de 2 Pol; Conforme Norma Abnt Nbr 15491;	466568	527.763-9	1 - unidade	200 unidades

05	Cabo Elétrico; Fios de Cobre Nu, Tempera Mole, Encordoamento Classe 5; Seção 10,0mm², Unipolar, Isolação: Composto Termofixo Em Dupla Camada de Borracha Hepr; Cobertura: Composto Termoplástico Com Base Poliolefinica Não Halogenada; Tensão de Isolamento 0,6/1kv; Enchimento: Composto Poliolefinico Não Halogenado; Na Cor Preta, Temperatura de Serviço: 90°C, de Sobrecarga: 130°C e de Curto-circuito: 250°C; Norma Nbr 5410, 13570 e 13248;	416519	556.463-8	250 - rolo 100 metro	25 rolos
06	Aquecedor; Elétrico de Passagem; Com 03 Temperaturas; Potência 5.500w; Tensão de 220v; Pressão de Trabalho de 20 a 200 Kpa (2 a 20 Mca); Com Saída de Água Quente e Saída de Água Fria; Compatível Com Dr; Grau de Proteção Ip24; Com Engate e Desengate Rápido e Fechamento Automático do Fluxo de Água; Garantia Mínima de 12 Meses; Conforme Normas Nbr/abnt Vigentes;	602473	537.545-2	1. unidade	50 unidades

8. Estimativa do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: artigo 24, da Lei Federal 14.133/2021]

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Não há

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Foi realizado planejamento para o exercício de 2026, de acordo com o § único do artigo 22, do Decreto nº 67.689/2023.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. materiais destinados à manutenção dos banheiros instalados nos pavilhões/moradias dos custodiados desta unidade prisional

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Até o presente momento não se verifica providência adicional a ser tomada que não tenha sido discriminada neste documento

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Não se visualiza, a princípio, nenhum impacto ambiental com a aquisição pretendida.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Necessidade de manutenção nos banheiros instalados no pavilhões

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ZENILDA PEREIRA DE LIMA

CNIL



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:24:39.

FERNANDO LOPES SCHMIDT ROMEIRO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 27/05/2026 às 15:26:43.

